

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS – CESP
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**PELO DIREITO À CIDADE: HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE MULHERES NAS
OCUPAÇÕES DOS BAIROS ITAÚNA II E PAULO CORRÊA EM PARINTINS¹**

Jheniffer Natividade Rodrigues²
Mônica Xavier de Medeiros³

Resumo

Esta pesquisa analisa a participação de mulheres nas lutas por moradia que resultaram na formação dos bairros Itaúna II e Paulo Corrêa em Parintins, Amazonas. Essas ocupações ocorreram na Fazenda Itaúna na década de 1990. A pesquisa teve como objetivo entender a trajetória de vida das moradoras e as motivações que as levaram a participar do processo de ocupação das terras. Como metodologia utilizamos a História Oral através da realização de entrevistas com mulheres que participaram das ocupações. Dialogamos com alguns autores como HELENE (2019), MENEZES (2017), PORTELLI (2010) e FERREIRA (2012). A pesquisa contribui para se conhecer como ocorreu a formação dos dois bairros de Parintins, evidenciando a história vivida por aquelas mulheres que protagonizaram as lutas pelo direito à cidade e que corroboram na constituição de versões alternativas à memória hegemônica.

Palavras-Chaves: Mulheres; Ocupações; História Oral.

Considerações Iniciais

Esta pesquisa analisa a participação de mulheres nos movimentos sociais na cidade de Parintins/Amazonas, especificamente nas lutas por moradia que resultaram na formação dos bairros Itaúna II e Paulo Corrêa. A moradia é um direito básico, assegurado pela Constituição Federal de 1988⁴, mas não é uma realidade para muitos brasileiros, por esse motivo existem

¹ Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) realizado como pré-requisito para obtenção do título de Licenciada em História.

² Graduanda do 8º período do curso de Licenciatura em História do Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP) da Universidade do Estado do Amazonas/UEA. E-mail: jheniffer.natividade@gmail.com.

³ Orientadora. Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professora do curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado do Amazonas/UEA. E-mail: mxdmedeiros@uea.edu.br.

⁴ Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

muitos movimentos sociais que lutam pela moradia, marcados por uma sociedade dividida em classes.

O título “Direito à cidade” faz referência a obra de Henri LeFebvre que analisa os processos de urbanização nas sociedades capitalistas modernas. O autor, ao discutir a especificidade da cidade afirma que “a cidade tem uma história; ela é obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas” (LEFEBVRE, 2001, p. 52). Dessa forma, este artigo aborda as transformações na cidade, principalmente as determinadas pelos movimentos de terra protagonizados por trabalhadores socialmente excluídos, atrelando esta discussão à opressão de gênero reinventada nas sociedades capitalistas⁵.

A discussão de gênero e a luta por terra se imbricam quando mulheres trabalhadoras buscam seu direito à moradia e se organizam através de movimentos sociais para lutar pela terra, inserindo-se no espaço público. De acordo com Helene (2019), a partir dos movimentos sociais, em particular os movimentos de moradia, podemos perceber que além do trabalho doméstico, as mulheres desenvolveram papéis importantes nos processos de busca por uma moradia. Vale lembrar que a elas foi atribuído socialmente a vocação maternal e de cuidados, logo a moradia vai muito além de um teto somente para si.

Trazendo essa discussão para a cidade de Parintins, no estado do Amazonas, a moradia própria aqui também era um sonho para muitas famílias, o que desencadeou nas ocupações de terra na década de 1990. Segundo Souza (2013), a população parintinense nesse contexto estava desamparada, pois “o Plano Cruzado do governo Sarney causou um choque na economia com o congelamento dos salários e dos preços, além de criar uma nova moeda – o cruzado. Parintins não ficou imune dessa situação”, então este cenário econômico deixou muitas famílias impossibilitadas de possuir uma moradia própria por muitos anos.

Parintins está localizada à margem direita do Rio Amazonas, está a leste do estado e na divisa com o estado do Pará, distante da Capital Manaus 368,80 km em linha reta e 420 km por via fluvial⁶. Nessa década de 1990, houve um crescimento populacional e com a falta de estrutura para atender toda essa população que se encontrava na cidade, os bairros se expandiram (SOUZA, 2013, p. 66). Com isso, ocorreu sucessivas ocupações na Fazenda Itaúna, originando assim os bairros Itaúna I, Itaúna II e Paulo Corrêa e em 2009 houve a ocupação do

⁵ “Sociedade de classes que permitem a uma pequena minoria acumular lucros privados por meio da exploração de um grupo muito maior, que deve trabalhar por salários” (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 40).

⁶ (SOUZA, 2013, p. 1).

Bairro União nessas mesmas terras, atualmente eles estão entre os bairros mais populosos da cidade.

A Fazenda Itaúna era, conforme Menezes (2017, p. 45) “área de floresta secundária, de ambiente alagadiço e com formações em capoeira, cortada por riachos que serviam de refúgio para lazer comunitário”. Esse latifúndio era de propriedade do empresário Paulo Corrêa que morava em Santarém, no Pará. Essa grande concentração de terras se localiza na parte leste da segunda ilha principal (CARVALHO; BARTOLI, 2017, p. 12). Parintins é conhecida como Ilha Tupinambarana, mas na verdade é um arquipélago, pois no período das cheias as águas entrecortam a cidade (SOUZA, 2013, p. 35). Com a expansão da área urbana, foi necessário fazer vários aterros e construção de pontes entre as ilhas para se ter acesso aos novos bairros.

[...] foram construídas três pontes: a primeira é a ponte da Fabril, que liga a Rua Lindolfo Monte verde à Rodovia Odovaldo Novo; a segunda é a Ponte do Gabião que dá continuidade à Rua Paraíba, fazendo a ligação com o Bairro Itaúna I; e a terceira é a Ponte Amazonino Mendes que faz ligação com a Rua Pe. Augusto Gianola no Bairro Paulo Corrêa (SOUZA, 2013, p. 68).

Com o crescimento populacional que vinha ocorrendo na cidade houve a necessidade de expansão territorial, surgindo novos bairros no lugar de grandes fazendas e para se ter acesso a eles foi necessário a criação dessas pontes, elas que permanecem na cidade até os dias de hoje.

As pessoas migravam de diversas localidades com a esperança do espaço urbano ser um local com melhores condições para se viver, seja de outros estados, da zona rural de Parintins, como das pequenas cidades da região do Baixo-Amazonas. A zona rural carecia de políticas públicas, no entanto, ao chegarem na cidade se deparavam com uma outra realidade. Conforme Santos (2014, p. 8) “[...] podemos perceber as desigualdades vividas por esses grupos sociais que se fazem sujeitos nas formas de estabelecer a relação com a cidade e a maneira como os mesmos colocam em prática suas ações”.

A diminuição do preço da juta⁷ no mercado e a intensificação da pecuária, que surgiu como principal atividade econômica na década de 1980, contribuíram para ocorrência do êxodo rural. Souza (2013) afirma que “a hiperinflação brasileira leva pequenos proprietários a venderem suas propriedades para os fazendeiros principalmente para investir no mercado financeiro (poupança etc.) e mudarem para a cidade, em busca de melhores condições de vida.” Outro fator da vinda de pessoas do interior para a cidade era que a escola que não supria a demanda dos alunos e não ofereciam o ensino básico completo.

⁷ O cultivo da juta dominou a economia local por quase 50 anos (SOUZA, 2013, p. 41).

A metodologia utilizada para essa pesquisa foi a História Oral, ela permite que a voz desses sujeitos menos favorecidos possa construir uma história contada a partir de suas próprias percepções e experiências e que cheguem a esfera pública (PORTELLI, 2010, p. 02). No entanto, fazendo o cruzamento de fontes, utilizamos algumas reportagens do Jornal O Médio Amazonas para perceber como era noticiado as questões sobre o crescimento urbano de Parintins, em relação à ocupação dos bairros.

Como objetivos, buscou-se entender a trajetória de vida das moradoras e as motivações que as levaram a participar do processo de ocupação das terras da Fazenda Itaúna, visto que muitas moravam em outras cidades ou em comunidades rurais antes de virem à Parintins. Foi preciso conhecer, através dos relatos, as vivências desses movimentos populares, para entender se havia as diferenças de gênero, que subalternizam e invisibilizam as mulheres, e identificando no cotidiano das ocupações, as estratégias que as mulheres desenvolveram para suprir a falta de luz elétrica, escola para os filhos, postos de saúde e como elas conciliavam essa dupla jornada, do espaço doméstico e ser importantes agentes do movimento público.

Esta análise resultou de pesquisas desenvolvidas em projetos de Iniciação Científica financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas/FAPEAM. O primeiro projeto edição 2019-2020 é intitulado “Pelo direito à cidade: Histórias e Memórias da ocupação dos Bairros Itaúna II e Paulo Corrêa”, analisa o processo de constituição dos Bairros Itaúna II e Paulo Corrêa na cidade de Parintins/AM, através das narrativas das pessoas que protagonizaram as ocupações, utilizando a História Oral para produzir fontes para a pesquisa. O segundo projeto, edição 2020-2021, “Pelo direito à cidade: Histórias e Memórias de mulheres nas ocupações dos Bairros Itaúna II e Paulo Corrêa” traz a problemática do gênero e das vivências de mulheres nos movimentos, também utilizando a História Oral. E a última pesquisa, edição 2021-2022, intitulado “Interpretações sobre o crescimento urbano de Parintins através da Imprensa (1990-2010)”, analisa como as ocupações de terras urbanas em Parintins/AM foram interpretadas nos jornais impressos que circulavam na cidade, como fontes utilizamos os jornais impressos que foram higienizados e digitalizados.

Este artigo será dividido em três tópicos. O primeiro “Metodologia”, apresentará a metodologia utilizada na pesquisa e as estratégias adotadas frente a pandemia da covid-19. O segundo tópico denominado “Mulheres, Trabalho e Moradia” introduz a discussão da dificuldade das mulheres trabalhadoras em adquirir uma moradia, diante de condições sociais pré-estabelecidas historicamente. Por fim, o tópico “A luta pelo direito à cidade” abordará as narrativas orais das mulheres que lutaram por um pedaço de terra em Parintins.

I. Metodologia

Com o anúncio de casos do novo coronavírus, a Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu o surto da doença como uma pandemia. Em março de 2020, foi confirmado os primeiros casos da doença no Brasil e vários óbitos vieram a ocorrer. Por essa razão, passou-se a praticar o distanciamento social, que é uma das medidas mais importantes e eficazes para reduzir a contaminação do vírus da covid-19.

Esse distanciamento social afetou diversos setores para reduzir a circulação de pessoas em espaços públicos, evitando aglomerações e ocasionando diversas paralisações de atividades não essenciais, como o fechamento de comércios, a paralisação das atividades escolares presenciais, cancelamento ou adiamento de eventos e a adoção do sistema de trabalho remoto⁸.

Porém, uma das metodologias adotadas na pesquisa foi a História Oral, pois a investigação partiu das entrevistas com o sujeito social da pesquisa. E conforme Reznik (2002, p. 5) é “instrumento para criar novos conhecimentos acerca do passado próximo. Ao invés dos vestígios de mortos, depoimentos de vivos”. No entanto, devido ao contexto da pandemia, a forma encontrada de se fazer entrevista foi através do aplicativo WhatsApp, que é um dos aplicativos de mensagem mais utilizado no mundo, então três das entrevistas foram realizadas virtualmente em formato de áudio. Ressaltamos que a pandemia afetou não somente essa pesquisa, mas todas as outras realizadas através da História Oral.

A pesquisa em História Oral sobre as ocupações de bairros em Parintins colabora no sentido de democratizar a História, apontando que trabalhadores também construíram a cidade. Como afirma Portelli (2010) “quando buscamos fontes orais, as buscamos em primeiro lugar porque na oralidade encontramos a forma de comunicar específica de todos os que estão excluídos, marginalizados, na mídia e no discurso público”. Esses relatos podem enfatizar outros pontos de vista não hegemônicos, e que essas pessoas “têm voz, mas não há ninguém que os escute. Essa voz está incluída num espaço limitado”.

Além disso, a narrativa oral produzida nas entrevistas, não é objetiva no sentido de ser fiel aos acontecimentos históricos. Ao contrário, é uma construção da memória realizada no momento (tempo presente) da entrevista. Os depoentes lembram de suas experiências, interpretam e selecionam somente o que querem repassar a quem o entrevista. O passado é acessível pela memória. Assim como argumenta Portelli (2010, p. 11), “o conteúdo da memória

⁸ CARVALHO, Ricardo Tadeu de; NINOMIYA, Vitor Yukio; SHIOMATSU, Gabriella Yuka. Entenda a importância do distanciamento social. Blog Coronavírus, Minas Gerais, 31 de jul. de 2020. Disponível em: <https://coronavirus.saude.mg.gov.br/blog/108-distanciamento-social>. Acesso em: 30 de jul. 2021.

pode ser o passado, mas a atividade de recordar, a atividade de contar a história do passado é uma atividade do presente, e a relação que se coloca é uma relação entre presente e passado”.

A fonte oral é uma produção conjunta entre o entrevistado e o historiador, que lhe faz questões. A fonte oral nasce de um diálogo e precisa-se estar atento, pois a narrativa não nos traz apenas informações, mas vem permeada da filosofia, da interpretação e da perspectiva daquele que enuncia (PORTELLI, 1996). Outro ponto é o silêncio das entrevistadas, que nos faz refletir em como essas mulheres irão repassar somente as informações que elas queiram que seja exposta. Motta (2012) coloca:

É preciso, portanto, estar atento ao fato de que a memória se constrói na lembrança, mas também no esquecimento. Em outras palavras, o processo de construção de memórias implica escolhas entre os fatos do passado que, por alguma razão, determinado grupo considera que devam ser lembrados/rememorados; e, ao fazer escolhas, o grupo também sublima, oculta ou esquece outros fatos. Tal aspecto é de fundamental importância para delinear a relação entre passado e a história do tempo presente (MOTA, 2012, p. 27).

Na entrevista realizada pelo WhatsApp com Mariane Garcia⁹, que hoje mora em Manaus, mas morou por 5 anos no início da ocupação do bairro Itaúna II, percebe-se que “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado [nesse caso, enviado]. Nem tudo fica registrado” (POLLAK, 1992, 4). O aplicativo permite apagar mensagens já enviadas, e essa questão nos faz refletir sobre esse não dito, visto que após muitos minutos gravando o áudio, ela o enviou, em seguida o apagou e regravou.



Figura 1: Entrevista realizada com Mariane Garcia pelo aplicativo WhatsApp.

⁹ Mariane Garcia Batista, 55 anos, costureira, nascida em Juruti-Velho, Pará. Entrevista realizada pelo aplicativo WhatsApp no dia 27 de fevereiro de 2021.

Sendo um trabalho da memória, precisamos levar em consideração como o tempo atuou na modificação dos sentidos, alteração de perspectivas, inclusão de novos elementos e mesmo supressão de outros, que se revelam nos “esquecimentos”. Menezes (2017) faz uma reflexão sobre a metodologia adotada:

O procedimento metodológico utilizado pela História Oral está baseado no registro de narrativas das impressões, vivências e lembranças de sujeitos que concordam em conceder as entrevistas para compartilhar suas memórias com o pesquisador. Por argumentação a História Oral é permeada de subjetividades porque trabalha a partir das informações selecionadas pela memória de quem as socializa (MENEZES, 2017, p. 42).

As pesquisas de fontes para entrevistas estavam no cronograma de atividades para serem realizadas em 2021, porém houve a segunda onda de infecções do coronavírus no Estado do Amazonas, e as fontes em sua maioria eram do grupo de risco e não podíamos ir até os bairros para realizar essa etapa do projeto, então utilizamos a estratégia do uso do aplicativo de mensagem para pesquisar fontes e realizar uma entrevista.

Seis das entrevistas já haviam sido realizadas na edição do PAIC 2019-2020, então fizemos a releitura dessas entrevistas a partir da problemática de gênero. Já na edição do PAIC 2020-2021, realizamos uma entrevista pelo WhatsApp, e duas entrevistas presencialmente, cumprindo os protocolos recomendados pelos órgãos oficiais, totalizando 9 entrevistas para analisar ao longo do texto. É importante frisar que as duas entrevistas realizadas durante o período da pandemia foram presenciais por escolha das próprias entrevistadas e em um momento que as contaminações e casos de covid-19 estavam caindo.

Já separando as entrevistas por bairros temos sete entrevistas sobre o processo de ocupação do bairro Itaúna II e três sobre o bairro Paulo Corrêa. As entrevistas foram realizadas a partir dos objetivos da pesquisa, e assim como fala Ferreira (2012), esses depoimentos podem servir para objetivos acadêmicos e instrumentos de construção de identidade e de transformação social. Então a História Oral permite que a voz dos sujeitos menos favorecidos possa construir uma história contada a partir de suas próprias percepções e experiências e que cheguem à esfera pública (PORTELLI, 2010, p. 02).

Através da pesquisa podemos detectar os projetos de cidade disputados na sociedade desde então. O migrante no olhar da imprensa é gerador de conflito, pois “invade” áreas para construção de moradias irregulares, fazendo nascer bairros sem saneamento básico, violentos, carentes de todos os serviços públicos. Outra interpretação a respeito dessas pessoas, vem a ser o fato de contribuírem para “superlotar” e fazer diminuir a qualidade no atendimento de

hospitais e escolas. Percebemos a construção, então, de uma imagem negativa em relação ao migrante.

A cidade, como já citado, sofreu transformações a partir da vinda de milhares de pessoas, engendrando assim as ocupações de terras. E no jornal se permite verificar como eram retratadas as pessoas nas ocupações, como um movimento de direito à cidade ou como invasores que queriam se apossar de terras que não lhes pertenciam. Além de refletir as articulações entre política e imprensa (MUNIZ, 2019, p. 12).

Utilizamos o jornal o Médio Amazonas para saber quais eram as interpretações da imprensa a cerca desses movimentos. Segundo Muniz (2019, p. 7-8), este jornal foi fundado no dia 15 de novembro de 1979, o jornal de maior longevidade da cidade e era de cunho político e informativo, circulou semanalmente até o ano de 2007, quando o fundador, Dulcídio Vaz de Campos faleceu. A autora afirma também que o “crescimento do Festival Folclórico¹⁰ de Parintins como fator econômico, a juta e a pecuária liderando o setor primário no Amazonas e Parintins, crescimento da urbanização e surgimento de ocupações, entre outros” são assuntos evidenciados no impresso. A autora comenta ainda:

O jornal O Médio Amazonas desqualificava o movimento dos ocupantes classificando-os como “criminosos”, “violentos” e “baderneiros”, assim como em outras matérias que foram veiculadas no mesmo ano, se colocando a favor do proprietário das terras.

Porém em uma matéria de capa, do jornal de 28 de julho de 1995, o título foi “Pref. Reis e seu Vice visitam Bairro do Itaúna II e prometem que não haverá expulsão”. Contudo, o jornal se refere aos ocupantes como “invasores”. A imprensa tem um papel fundamental na disputa de opiniões, além de expressar projetos político-ideológicos dos seus proprietários ou grupo de patrocinadores, além disso pode ser uma importante ferramenta para a compreensão da sociedade em função da forma como elabora sentido para os fatos. Tem que se considerar o fato de que as notícias publicadas nos jornais são o resultado de escolhas. Sendo assim, os jornais colaboram com elementos relevantes que nos remetem a discursos e representações sociais.

¹⁰ Festa cultural da cidade de Parintins que promove a disputa entre os bois Caprichoso e Garantido no bumbódromo, construído em 1988, passando a ter grandes investimentos e a vinda de turistas à cidade.

II. Mulheres, Trabalho e Moradia

Conforme Saffioti (1976, p. 17) a mulher das camadas trabalhadoras, em todas as épocas e lugares, estiveram sempre ativas e contribuindo para subsistência de sua família e para criar a riqueza social. “Enquanto a família existiu como uma unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel econômico fundamental”. Embora jurídica, social e politicamente fosse considerada inferior ao homem, ela desempenhava um papel importante economicamente. Então para as mulheres de camadas menos privilegiadas, o trabalho sempre foi uma forma de subsistência.

O surgimento do capitalismo contribuiu para marginalizar muitas mulheres das funções produtivas (principalmente as mais abastadas), que passaram a ter o seu espaço limitado ao trabalho doméstico. Tithi Battacharya (2019) afirma que o trabalho não remunerado, que ocorre no espaço doméstico, é a base do sistema capitalista, mas é um trabalho desvalorizado pela sociedade. As mulheres trabalhadoras que não puderam ser marginalizadas da produção tiveram que acumular as atividades produtivas (assalariadas e que contribuía com o sustento financeiro da família) com as atividades não produtivas, relativas aos cuidados domésticos, com o cuidado com as pessoas (principalmente de crianças e idosos) e a reprodução biológica de novos trabalhadores.

Segundo Federici (2017, p. 184), o trabalho feminino quando realizado em casa, seria definido como “tarefa doméstica”. Essas tarefas eram responsabilidade do sexo feminino, uma vez que a organização da reprodução social se baseia no gênero, além disso, em uma sociedade patriarcal, o sexismo é estrutural e o trabalho doméstico é visto como uma atribuição das mulheres. Se tratando do trabalho feminino fora de casa, esse também era desvalorizado, isso se observava na remuneração do trabalho feminino, que é sempre inferior comparado à remuneração masculina – nunca o suficiente para que as mulheres pudessem sobreviver de seu próprio trabalho.

Contextualizando as mulheres pobres e violência no Brasil urbano, Soihet (2004) aponta que a partir da aceleração da urbanização, as populações mais pobres se estabeleceram nas áreas centrais das capitais próximo ao mercado de trabalho. No entanto, a esses populares foi destinado uma atenção especial pelas autoridades, pois desejavam impor novos valores e comportamentos para transformar as capitais em metrópoles com ‘hábitos civilizado’. É importante salientar que nesse momento os trabalhos forçados passaram a ser trabalhos livres e a população estava se organizando nas cidades.

Se tratando das mulheres, havia o duplo preconceito, de classe e de gênero, pois delas se esperava recato, organização familiar definida, trabalho doméstico não remunerado. Mas tentando suprir suas necessidades as mulheres participavam do mundo do trabalho, sempre mantidas na posição de subalternas. Elas não possuíam as características femininas definidas como universais, grande parte delas não eram formalmente casadas e possuíam um vínculo com a rua, que segundo as normas, era espaço de tentações e de desvio. Mas esse espaço para as mulheres dos segmentos populares significava local de trabalho para conseguir o sustento de suas famílias, indo contra a nova ordem, que indicava que elas deveriam se ocupar com os afazeres domésticos e permanecer no âmbito privado (SOIHET, 2004, p. 383).

Levando-se em consideração que o homem pobre não conseguia manter sua família, como era típico das relações burguesas, por causa de suas condições de vida, muitas mulheres tinham que garantir sua autonomia e ainda cuidar de seus filhos. Além disso, quando conviviam com seus companheiros, o sustento trazido pela mulher sempre era considerado como uma renda suplementar à essa renda masculina. Em geral, o trabalho desempenhado por elas gerava o mínimo de renda, que não era nem mesmo suficiente para manter seu sustento e dos filhos, mas por ser considerado uma mão de obra barata, muitos empregadores as preferiam (FONSECA, 2004).

A organização familiar das camadas populares não assumiu as normas que as de segmentos médios e elevados, e muitas eram chefiadas somente por mulheres, o que significava aluguéis caros para pagar. Com a inserção das mulheres no mercado de trabalho formal, elas não deixaram de ser oprimidas, pois com a baixa remuneração e a dupla jornada de tarefas, ficaram sobrecarregadas. Essas problemáticas acrescida da falta de moradia, para as mulheres é uma dificuldade a mais, a luta pela moradia passa a ocorrer, muitas vezes como uma forma de sobrevivência para si e para seus filhos. Diana Helene (2019) afirma que:

Mas é também por serem designadas à posição daquelas que cuidam cotidianamente das crianças, idosos e outros, o espaço da casa eleva-se a uma importância muito maior. Isto é, para elas, a moradia significa muito mais que um abrigo ou uma mercadoria, é um espaço essencial de proteção de si e de manutenção daqueles dependentes de seus cuidados. O valor de uso da moradia para o gênero feminino envolve particularidades que elevam sua importância para muito além de seu valor de troca (HELENE, 2019, p. 957).

Estabelecendo aqui uma conexão desse contexto da desvalorização da mão de obra feminina e as ocupações que ocorreram em Parintins, concordamos com Menezes (2017, p. 26) quando afirma que essas ocupações irregulares se tornaram uma alternativa por conta de suas

necessidades, convicções políticas e de luta pela sua sobrevivência, para enfrentar a ineficácia de políticas habitacionais locais.

Scott (1995) introduz que o interesse acadêmico nas mulheres foi fruto do movimento feminista que pautou para a sociedade a importância das mulheres, seu protagonismo e a luta pelos seus direitos. Com isso, Soihet (1997, p. 399) diz que “pluralizam-se os objetos da investigação histórica, e, nesse bojo, as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da história”¹¹. O termo “gênero” vem sendo utilizado desde a década de 1970 para expressar a diferença sexual, e por serem marcadas por inúmeras diferenças, aborda-se a história das mulheres. Santos também afirma:

Sabe-se que devido às mudanças na historiografia, foram abordadas outras temáticas inclusive o estudo sobre as mulheres e outros temas que eram excluídos da história, ou seja, a mulher deixou de ser vista somente como dona do lar e adquiriu espaço nos temas enquanto pesquisa. (SANTOS, 2014, p. 6).

Desta forma, há um compromisso dos historiadores com uma história que inclua a fala dos oprimidos, que por muito tempo foi marginalizada nos estudos históricos. Para além disso, a partir das necessidades de inúmeras famílias de possuir uma moradia, as ocupações de terras se tornam uma opção para se ter um lar. A falta de moradia para as famílias que iam para o espaço urbano motivou a organização em movimentos para lutar por políticas públicas que as dessem assistência, então não é somente uma luta por moradia, mas também pelo *direito à cidade*.

III. A luta pelo direito à cidade

A luta pela moradia não abarca somente o déficit habitacional, mas é também uma luta por moradia digna, o que leva a discussão de direito e permanência à cidade. Muitas urbanizações precárias, como casas improvisadas, são decorrentes de uma baixa remuneração aos trabalhadores, o que impossibilita que pessoas com baixa renda tenham acesso à moradia e vivam em situações que comprometem a qualidade de vida. Essa questão, no entanto, está relacionada a desigualdade social, políticas públicas inadequadas e negação de direitos básicos fundamentais.

¹¹ SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

Menezes (2017), afirma que:

[...] a história do crescimento urbano brasileiro foi fortemente marcada pela desigualdade social e econômica que alijou grande parte da população habitante dos centros urbanos de diferentes direitos básicos necessários à vida nas cidades, entre os quais, o direito à moradia (MENEZES, 2017, p. 39).

Essa exclusão territorial que os migrantes encontravam nas cidades brasileiras ou a falta de políticas públicas “[...] levou à formação de áreas urbanas com aglomerados de habitações irregulares e ilegais. A cidade parecia ser a melhor alternativa por ter sua imagem associada ao desenvolvimento cultural e econômico” (MENEZES, 2017).

Na década de 1990, Parintins viveu um crescimento populacional, mesmo com a economia nacional e local recessiva. O Festival Folclórico foi uma das motivações, visto como uma oportunidade de ganhar dinheiro. Mas também, conforme Souza (2002, p. 79).

A expansão urbana não é causa e, sim, consequência de um processo mais amplo de crise no campo em decorrência da ausência ou da inadequação de políticas agrícolas. Como o município tinha sua economia baseada na produção agrícola como suporte da matéria-prima para a indústria de transformação houve a degradação da estrutura urbana, que não significa apenas a falta de recursos, mas também a distorção de prioridades do poder público.

Segundo Souza (2013) “a população urbana atingiu um total de 41.591 habitantes, enquanto a população rural apresenta uma maior redução populacional com um total de 17.192 habitantes”. Então as disputas dos trabalhadores pela cidade acirraram-se em suas múltiplas dimensões seja por moradia digna, saneamento básico, água, luz elétrica, postos de saúde, segurança pública e educação. A partir desse crescimento populacional em Parintins, as pessoas passaram por condições difíceis, sem moradia, razão pela qual iniciam a primeira ocupação na fazenda Itaúna em 1992, a segunda foi a formação do bairro Itaúna II em 1995 e Paulo Corrêa em 1997.

Para muitos, essas ocupações¹² deram origem a diversos problemas e trouxeram desordem à cidade como cita Souza (2002) “Esta prática se instala, promovendo novas

¹² “O termo ‘ocupação’, muito utilizado pelas Ciências Sociais para se referir à ação de grupos que adentram em lugares, casas, prédios ou terrenos, que não lhes pertence legalmente, busca substituir o termo “invasão”, comumente utilizado pelos meios de comunicação ao noticiarem tais ações e pela população em geral, de forma pejorativa e muitas vezes até mesmo pelos sujeitos que se encontram no cerne da ação” (MENEZES, 2017, p. 36).

ocupações e, com elas, novos problemas sociais (assaltos à mão armada, invasões e crimes praticados por membros de gangues).” E ainda:

As ocupações de terrenos significam para os políticos novos moradores, novos eleitores; para a cidade um crescimento ‘desordenado’, sem regra. A Parintins que crescia planejadamente, com arruamentos bem traçados, com calçadas para pedestres, começa a perder essa característica; os bairros crescem demais e passam a exigir infraestrutura: água, luz, telefone, ruas pavimentadas, esgoto (SOUZA, 2002, p. 79).

Com a organização dos movimentos de ocupação na Fazenda Itaúna, houve a formação de uma memória hegemônica de que Parintins antes desses movimentos, era uma cidade planejada, sem violência e com bons serviços públicos, pensamentos esses que ajudavam a desqualificar as ações daqueles que estão chegando na cidade e que lutavam por um espaço. Durante as ocupações também, alguns políticos, como vereadores, faziam parte da liderança dos movimentos, a citação nos permite refletir sobre as intenções dessas pessoas e a relação com o movimento. Na citação acima, nota-se a presença de um discurso hegemônico, onde argumenta-se que a cidade era bem planejada antes de ocorrer o êxodo rural. Porém, primeiro devemos refletir o que causou a vinda dessas pessoas para a cidade. Logo percebemos que uma crise no campo ocasionou uma crise na cidade.

Para as pessoas que as protagonizaram, as ocupações representaram uma melhoria de vida. Os ocupantes que eram menos favorecidos economicamente e não tinham relevância política individualmente, estavam lutando por um pedaço de terra para construir suas moradias. A falta de moradia é um problema social, mas não é prioridade para o Estado, mesmo assim, as pessoas que realizavam essas ocupações eram vistas como sujeitos que só queriam desordenar a cidade. Joana Darc¹³, moradora há 20 anos do bairro Itaúna II e uma das fundadoras da Associação de Moradores, relata:

Pelos estudos dos meus filhos [veio à Parintins], né, e aí a gente não tinha moradia né, morava com os outros, e daí nós fomos, não só aí nós começamos a nos tornar liderança dentro do bairro, nem... e aí a gente formou a Associação que já existia né, aí a gente começou a ajudar... (Joana Darc, 50 anos, entrevista realizada em 20/01/2020).

Quando Joana Darc retornou a Parintins com seus filhos, pois morava no interior, a ocupação já havia começado e sua irmã, Dona Gê, que estava desde o início, lhe ajudou a

¹³ Joana Darc Pereira Rodrigues, 50 anos, funcionária pública, nascida em Parintins. Entrevista realizada no local de trabalho da entrevistada no dia 20 de janeiro de 2020.

conseguir um terreno para sua moradia. Já havia uma organização presente desde o início da ocupação e segundo Joana Darc, elas sempre trabalhavam em prol da comunidade. Após ela se mudar para sua casa na ocupação, começou a fazer parte do que é hoje a Associação, ela diz “nós éramos um grupo de senhoras, eu, a minha irmã, várias mulheres né, que a gente tinha esse grupo, pra gente conseguir as coisas pra dentro do bairro”.

Mariane Garcia relata que teve medo a princípio, pois nunca tinha visto uma invasão¹⁴, mas que as pessoas a incentivaram ir em busca de um terreno. Ela conta que foi morar em Manaus com seu marido na época, mas não deu certo e se separaram, e em 1995 ela retornou à Parintins. Na época, ela trabalhava confeccionando vestimentas para o Festival Folclórico e embora fosse costureira, não havia mais vaga para esse trabalho, mesmo assim ela permaneceu no galpão para realizar trabalhos como cortar penas e afins. Ela recebia seu pagamento toda semana, e com esse dinheiro, pediu a um morador de sua rua para “fazer a armação da casa e a abertura das palhas”. Segundo ela, não havia muitos moradores por causa da escassez de energia e água, e a princípio só ficava quem estava precisando muito de uma moradia, então como ela precisava se mudou para o Itaúna II, mesmo com sua casa sem portas ou piso, porém ela precisava mantê-la. Ela narra suas vivências:

As pessoas foram se conhecendo assim, um reparando o terreno do outro, né, mas as questões de eu tá lá todo dia, as vezes eu saía cedo, ainda dava tempo de eu ir por lá umas 5 horas, aí... mas eu fui capinando devagar porque como eu era sozinha, eu fui devagar, eu mesmo que capinava [...] Quando foi pra fazer a casa, eu contratei o seu Joel pra abrir a palha, pra armar a casa, pra cobrir e depois eu fui trazendo a madeira pra ele cercar, e ele fez a casa pra mim todinha. E eu já pedi pra ele fazer o sanitário, que era aqueles sanitários de buraco lá no fundo do quintal, todo mundo fez isso, não foi só eu, e eu fiz um... da parede da minha casa eu já fiz um banheiro, eu já fui pra baixo da casa eu já tinha tudo esses negócios pronto já, por causa que eu fui certa de que eu ia viver lá, né. ... (Mariane Garcia, 55 anos, entrevista realizada em 27/02/2021).

Após isso, ela retornou a Manaus para buscar seu filho que estava morando com o pai, pois não poderia levá-lo antes a Parintins sem ter perspectiva alguma. É interessante como ela estrutura a narrativa a partir de uma ideia religiosa do bairro ser uma benção e dela ter sido abençoada por ter adquirido o terreno, onde viveu por 5 anos, até ter uma proposta de trabalho em Manaus e voltar a morar na capital.

Ao realizar as entrevistas com as moradoras dos bairros Itaúna II e Paulo Corrêa, podemos perceber a participação de mulheres nesses movimentos sociais, diretamente ligadas

¹⁴ Termo utilizada pela própria entrevistada.

ao grupo de linha de frente do movimento que mais tarde veio a se tornar as Associações de Moradores dos Bairros. Como fala a Entrevistada 1¹⁵, que prefere que seu nome não apareça na pesquisa, “eu fiscalizava. A gente ia com eles, aí a gente fiscalizava os terrenos, a pessoa não queria aquele terreno aí repassava pra outra”. Ela relata ainda:

Eu morava lá no São Benedito, a travessa São Benedito na casa da minha mãe, aí eu já tinha filho, aí poxa, pra morar junto né, aí eu vim atrás de um terreno pra mim, aí quando eu vim, eu peguei um ali na rua 3, lá que a presidente era a finada Jô, ela me convidou pra mim entrar na diretoria né do bairro, aí eu entrei com ela, assim, no conselho fiscal, no conselho fiscal da invasão. Aí foi, fiquei junto com ela e fomos, ai depois eu fiquei mesmo quase junto com ela, assim, quase como a vice dela né e a outra que era vice mesmo dela não parava quase aqui, aí eu fiquei, pra onde ela ía eu ia com ela. (Entrevistada 1, 62 anos, entrevista realizada em 27/01/2020).

A Entrevistada em questão responde a um de nossos questionamentos sobre a motivação em adquirir um terreno na ocupação do Paulo Corrêa, sendo uma realidade de muitas outras famílias o aluguel caro, a vivência na casa dos pais que muitas vezes se torna inoportuna para ambos e a impossibilidade de comprar uma casa própria. Rubin e Bolfe (2014) com base no censo de 1991 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística afirmam que o Brasil chegou a ter 60 milhões de cidadãos nas ruas, por causa da crise habitacional e os programas de habitação privados.

Maria Edneia¹⁶, mais conhecida como Neinha, moradora do bairro Itaúna II, afirma que participou de todas as reuniões organizadas pelas comissões do movimento, no qual havia muitas mulheres que se uniam e ajudavam, até mesmo para construir a casa de alguém que estivesse precisando. Essa fala em comum com as falas de outras entrevistadas, Rolnik (1992) comenta que são experiências de grupos formados nas ruas, de indivíduos que constituíram a cidade, e esses espaços estão carregados de memórias.

Natalina Nunes¹⁷, 61 anos, não participou do início do movimento, quando chegou já estava mais estruturado, já havia divisão de lotes, ruas aplainadas, espaços destinados à construção de “bens sociais” (posto de saúde, escola, praça), mesmo que não fosse associada, sempre que podia lutava pelas melhorias do bairro, como forma de pensar ligada às questões

¹⁵ Entrevistada 1, 62 anos, funcionária pública, Parintins. Entrevista realizada na casa da entrevistada no dia 27 de jan. de 2020. Parintins é uma cidade pequena e pelo fato da entrevistada ser uma funcionária pública, ela preferiu não se identificar com medo de retaliação.

¹⁶ Maria Edneia Carneiro da Silva, 78 anos, dona de casa, nascida em Terra Preta. Entrevista realizada no dia 19 de fev. 2021.

¹⁷ Natalina Silva Nunes, 61 anos, dona de Casa, nascida em Parintins. Entrevista realizada na casa da entrevistada no dia 09 de janeiro de 2020.

coletivas, porém parou de militar com medo de represálias e, também, por causa das filhas. Em suas palavras:

A gente passava, tinha que passar o dia, só que a noite eu não passava, porque eu tinha medo de ficar sozinha aqui, naquele tempo ele [seu marido na época] trabalhava à noite e pra mim ficar só eu com as minhas filhas, eu tive receio, aí eu não passava a noite. Mas graças a Deus, os vizinhos que eram do lado, eles faziam logo amizade e um tomava conta pro outro (Natalina Silva Nunes, 50 anos, entrevista realizada em 09/01/2020).

Tanto a Natalina quanto a Maria Edneia trazem a dimensão do trabalho coletivo (mutirão/puxirum)¹⁸ para a construção de casa, além de um tomar conta da casa do outro. Também suas falas mostram que ao pensar o bairro, antes mesmo dele ser urbanizado pela prefeitura os moradores planejaram a disponibilidade de espaços para a construção de escolas, praças, postos de saúde. Isso mostra que diferente daquele pensamento hegemônico eles também queriam uma cidade organizada e com direitos para todos. O “planejamento urbano” aqui aparece como uma busca de direitos. Também podemos perceber a cidade que eles querem e projetam.

É importante dizer que essas mulheres não deixaram de realizar suas atividades domésticas, Helene (2019) comenta “[...] não estão mais as realizando sozinhas e/ou que estão realizando outras atividades para além das tarefas que realizavam até então, sobretudo aquelas fora do solitário âmbito privado”.

Para Helene (2019, p. 964) “a ocupação torna-se um espaço privilegiado de organização política da classe trabalhadora, um local de experimentação de laços de solidariedade e autogestão, mas sobretudo de formação intelectual e política.” A entrevistada Albertina Melo do Carmo¹⁹, nos relata justamente a união dos ocupantes, onde ela diz:

Nós fizemos um mutirão grandão aqui nessa rua e a gente ainda tirou os tocos das ruas. É, pra limpar, foi pra limpar. Então, nessas nessas mutirões aí, a gente fazia uma parceria, que a gente trazia comida pra gente, né? Porque era uma comunidade, era um bairro novo, naquela época era tudo novo, a gente... era uma invasão, vamo supor, uma invasão que ficou uma ocupação que hoje é um bairro bem bonito, né? (Albertina Melo, 58 anos, entrevista realizada em 29/01/2020).

¹⁸ “O puxirum é a troca de dia no trabalho ou auxílio-mútuo [...] No puxirum tradicional não há pagamento, não há venda de força de trabalho. Aquele que fez o puxirum nas suas terras tem o dever moral de ir para o trabalho do seu vizinho quando este fizer um puxirum” (MEDEIROS, 2017, p. 31).

¹⁹ Albertina Melo do Carmo, 58 anos, dona de casa, Aminaru-Açu, Nhamundá. Entrevista realizada na casa da entrevistada no dia 29 de jan. 2020.

Albertina Melo do Carmo começou a contar suas histórias sem aviso prévio, iniciou falando de onde era e algumas particularidades de sua vida, e somente após alguns minutos que conseguimos ligar o gravador de voz. No trecho da entrevista acima, Albertina comenta sobre o mutirão que os próprios moradores fizeram para limpar as ruas, tirando os capins e troncos das árvores que ficaram, em um momento que a Prefeitura Municipal ainda não oferecia serviços públicos naquela localidade, que é a ocupação do bairro Paulo Corrêa. Na fala dela percebemos o orgulho que ela sentiu após o mutirão de limpeza das ruas, quando fala que é um “bairro bonito”.

Em relação a essa união da comunidade para promover melhorias ao bairro, presente também na fala das demais entrevistadas, nos lembra de Pollak (1992), quando o mesmo afirma que a memória é um fenômeno construído e que há uma ligação entre memória e o sentimento de identidade, de pertencimento a um grupo. Esse sentimento de pertencer fica bastante evidente quando vemos a expressão “era uma comunidade”, referindo-se então a sua relação com o outro. O que nos chama atenção também na narrativa de Albertina é a utilização adequada do termo “ocupação”, referente a luta por um direito social.

Já no trecho abaixo narrado também por dona Albertina, observamos várias informações sobre a ocupação do bairro:

Vim pra cá e me coloquei com ele [com o atual marido], aí eu comecei a morar aqui né, em agosto, quando foi em outubro eu peguei o caderno da pastoral da criança, aí eu me entrosei com elas, era Josele Pinto que era coordenadora, ela já tinha passado antes, já tinha passado o Gaia, depois veio o José Santarém, depois veio o boca de rádio que era o Raimundo Ramos, veio o Zé Zivaldo, o Zé Zivaldo veio a Márcia, da Márcia voltou o Zé Zivaldo, e o hoje o Zé Zivaldo tá na nossa coordenação. Mas antes mesmo dessa turma aí, quando a gente tava com a dona Josele, nós era uma equipe de seis pessoas, só mulher, só mulher... e hoje então elas nem tão aqui, nem todas tão, tem gente que já faleceu, né, que é a Josele, a dona Cláudia, todos esses já se foi [...] a gente fez um baixo assinado, um baixo assinado pra vim o Dom Gino, um baixo assinado pra vim a água, pra vim a luz, e pra vim a melhoria das nossas ruas (Albertina Melo, 58 anos, entrevista realizada em 29/01/2020).

Albertina Melo está falando sobre sua trajetória de vida e sobre sua inserção na linha de frente da ocupação do bairro Paulo Corrêa, a partir de quando pegou o caderno da pastoral da criança. Segundo o próprio site da Pastoral da Criança²⁰, esse caderno tem o registro do líder comunitário em relação às crianças e a gestante que são acompanhados pelo líder, ele registra ainda os não-atendimento pelo serviço de saúde e de mortes, esses registros fornecem informações para o Sistema de Informação da Pastoral da criança.

²⁰ Disponível em: <https://www.pastoraldacrianca.org.br/materiais-educativos-0/3011-caderno-do-lider>

Ela também cita vários nomes, que se refere aos primeiros representantes do movimento, e comenta que antes deles, ela juntamente com mais cinco mulheres já havia estado na comissão de linha de frente. Achemos importante destacar que essa entrevista foi realizada na primeira edição do PAIC (2019-2020) quando ainda não abordávamos as mulheres protagonistas das ocupações na pesquisa, então damos destaque a fala dela no trecho “nós era uma equipe de seis pessoas, só mulher, só mulher”, enfatizando que as mulheres participaram do movimento e eram representantes do movimento. Esse trecho finaliza quando ela cita que os moradores fizeram um abaixo-assinado solicitando melhorias para o bairro, pois tinham dificuldades de ter água nas torneiras de suas próprias casas, energia elétrica regularizada, asfaltamento das ruas e queriam acesso a esses bens sociais.

O Dom Gino a quem ela se refere, foi um membro da Igreja Católica na cidade, inclusive seu nome é dado a uma escola localizada no bairro Paulo Corrêa. A presença do nome de membros da igreja nos depoimentos orais, evidencia a relação da Igreja Católica nesses movimentos. Ele foi um padre e bispo que atuou de várias formas nas ocupações. Albertina comenta que o Dom Gino “sempre apoiou, ele não estava ali junto, mas sempre apoiou nas palavras, nas coisas que ele falava, ele sempre apoiava (...) ele sabia que cada um ia ter seu pedaço pra morar, mas que fosse com educação” (Albertina Melo, 58 anos, entrevista realizada em 29/01/2020).

Natalina também comenta sobre membros da Igreja Católica “os padres vinham ajudavam bastante, iam na casa da gente, visitavam a gente os dias, as vezes eles passavam até o dia conversando porque eles almoçavam” e ainda “vendo as dificuldades da gente e conversando também, porque eu acho assim, na minha mentalidade, muito bom a gente ter pessoas pra conversar e as vezes a gente desabafar os problemas da gente” (Natalina Nunes, 61 anos, entrevista realizada no dia 09/01/2020).

Maria de Nazaré²¹ foi membro da diretoria do bairro Paulo Corrêa. Sua motivação para participar da ocupação foi porque morava de aluguel. Então sua irmã que mora no Itaúna II, conseguiu um terreno para ela. Maria de Nazaré, como membro do Conselho, fazia reuniões com as famílias que estavam em busca de seu direito à moradia. Conseguiu muitos terrenos para quem necessitava e ela conta que isso a deixa com o orgulho, pois “aonde eu metia a cara, essas pessoas tão [morando]”, ela comenta ainda “eu mostrava minha moral, tá numa Associação pra mostrar o que era direito”. Ela conta que houve mulheres presidentes, como a

²¹ Maria de Nazaré Peres Tavares, 68 anos, nascida em Parintins, Doméstica. Entrevista realizada dia 28 de janeiro de 2020.

Jô, que foi uma grande líder e presidente do bairro Paulo Corrêa, já falecida, mas que na época, junto com seu Joseli “abriu as ruas”. Ela descreve que os nomes das ruas do bairro Paulo Corrêa foram decididos em conjunto pela comissão. E que na história dos bairros houve revezamento de homens e mulheres como presidentes das Associações dos bairros.

Apesar de conquistarem uma melhora de vida nos bairros, no início viviam em condições mais difíceis em relação a água, luz elétrica e escola. Havia pontos específicos do bairro onde eram disponibilizadas torneiras que forneciam água para todas as famílias, que tinham que se organizar para administrar a pouca água. Os moradores saíam de suas casas para ir buscar a água nessa torneira. Em relação à energia elétrica, puxavam os ditos gatos de energia²² do bairro vizinho, Itaúna I, a primeira ocupação da área, porém com a energia irregular, havia receio de ligar determinados eletrodomésticos, inclusive a empresa que fornecia a energia, Companhia Energética do Amazonas/CEAM, constantemente enviava funcionários para retirar os fios irregulares.

As escolas se encontravam no Centro da cidade, então as famílias tinham que encontrar maneiras de levar os filhos. Em geral, as crianças estudavam nas escolas Ryota Oyama e Tomazinho Meirelles (conhecida como GM3). Alguns anos mais tarde, a população desses bairros conseguiu ônibus para levar os alunos até as escolas, muitos precisavam ir andando até o destino, com dificuldades, pois ainda não havia asfalto nas ruas.

Marcela Teixeira²³ conta que se envolveu na história do bairro Itaúna II, juntamente com seu marido e se sentem honrados. Ele por ser um dos primeiros presidentes do bairro e ter contribuído muito para as modificações e melhoria do lugar, sente-se orgulhoso por não ter deixado as pessoas ocuparem tudo, pois queria preservar áreas como a do posto de saúde Irmão Francisco Galliani, que eles tinham um sonho de ser uma maternidade, mas que a prefeitura não correspondeu com o projeto de cidade deles em construir uma maternidade para população de Parintins.

E para concluir as narrativas orais das mulheres que protagonizaram essas ocupações, finalizamos com a fala de Jorgenilda Viana Azevedo²⁴, atual presidente da Associação do bairro Itaúna II, no momento da entrevista ela tinha 53 anos:

²² É uma estratégia muito usada por populares nos movimentos por moradia devido à demora da urbanização que envolve colocação de postes, fios e energia para o local.

²³ Marcela Lima Teixeira, 46 anos, Professora, nascida em Parintins. Entrevista realizada na casa da entrevistada no dia 23 de janeiro de 2020.

²⁴ Jorgenilda Viana Azevedo, 43 anos, graduada, nascida em Ainarú-Açu, interior de Nhamundá/AM. Entrevista realizada no dia 16 de dezembro de 2020.

Eu vim pra cá, como sempre a gente tem aqueles sonhos de melhoria de vida e lá na minha comunidade, interior de Nhamundá, Aminorú Açu, é... funcionava té a quarta série, aí pra continuar os estudos eu tinha que me deslocar pra cidade, e eu tive a oportunidade de alguém me convidar pra vim cá, aí vim... continuar meus estudos. (Jorgenilda Viana, 43 anos, entrevista realizada em 16/12/2020).

Jorgenilda comenta também que havia muitas mulheres que lutam pelo bairro como a Marcela Lima Teixeira, a dona Gê, a Joana que era a irmã dela, a dona Natalina, a dona Rosa e segundo ela, foram várias mulheres, mas que não lembra o nome das demais. Ela relata ainda que Dom Gino também ajudou na linha de frente do movimento:

Essa comissão é porquê como a juíza, doutora Telvina, se eu não tô lembrada, o nome dela era essa, essa época era essa juíza, ela... fizeram todo aquele levantamento das famílias, aí teve o Dom Gino que também... a ajuda da Igreja Católica, aí eles tomavam a frente pra organizar né, na verdade era uma organização através deles também, ajuda deles, que tinha que apresentar pra prefeitura quantas famílias que realmente precisavam, como toda ocupação fazem isso, que muitos entram, querem muito só se beneficiar e muitos precisam realmente. Aí o Dom Gino nessa época ele tomou a frente com o pessoal da Igreja, aí teve todos esses dados, só ficou mesmo na época quem precisava. Mas não consegue resolver todos os problemas (Jorgenilda Viana, 43 anos, entrevista realizada em 16/12/2020).

Outras entrevistadas também relaram o envolvimento da Igreja Católica nos movimentos por meio do Dom Gino e algumas freiras, eles ofereciam cursos em barracões para mulheres, conversam sobre as dificuldades dos moradores e até mesmo negociavam com a prefeitura e com o proprietário das terras, o Paulo Corrêa.

Enfim, a formação dos bairros Itaúna II e Paulo Corrêa foram formados a partir dessas ocupações na Fazenda Itaúna e as falas dessas mulheres merecem destaque na história da constituição da cidade, que foi formada também por esses indivíduos socialmente excluídos. As entrevistas realizadas possibilitaram desenvolver os objetivos propostos, levando a compreensão das transformações ocorridas em Parintins e a importância das mulheres nesse processo de crescimento urbano.

Considerações Finais

Esta pesquisa contribuiu para visibilizar a história do processo de urbanização de Parintins, bem como mostrar a importância das mulheres nesse processo de ocupação de terras. As sucessivas ocupações de terra na Fazenda Itaúna provocaram um crescimento urbano na

cidade de Parintins/Amazonas. A discussão de gênero presente nessa pesquisa trata sobre a luta das mulheres em possuir um lar, atuando como protagonistas da formação dos bairros são importantes agentes da história da constituição da cidade. A dificuldade de acesso a moradia tornou a ocupação de terras como uma alternativa para a sobrevivência das famílias que ali se instalaram.

Os depoimentos estão sob diversos olhares e percepções, e as memórias individuais e coletivas, em determinadas circunstâncias podem se confundir, mas isso se dá porque, como afirma Matos e Senna (2011), podemos influenciar ou sofrer influências do grupo a que pertencemos. Portanto, as entrevistadas compartilham de suas memórias fragmentos do passado que podem se complementar ou até mesmo ser diferentes, pois cada indivíduo pode ter uma percepção diferente deste mesmo passado.

A História Oficial de Parintins costuma ressaltar determinados agentes históricos ligados à elite (pecuaristas, grandes comerciantes), cujos nomes são lembrados e viram nomes de escolas, ruas e praças. No entanto, a História Oral foi importante para se ter acesso a essas narrativas sobre as ocupações de bairros e colaborou no sentido de democratizar a História, apontando que trabalhadores também construíram a cidade. Além disso, evidencia a fala e as interpretações das moradoras dos Bairros Itaúna II e Paulo Corrêa, contribuindo para que entendamos suas dificuldades cotidianas e suas expectativas em relação ao poder público. Nesse sentido, a pesquisa pode subsidiar a elaboração de políticas públicas para o atendimento da população dos bairros considerados “periféricos”.

Referências

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Thiti; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

BHATTACHARYA, Tithi. **O que é a teoria da reprodução social?**. Revista Outubro, n. 32, 1º semestre de 2019.

CARVALHO, Rodrigo. **A expansão urbana de Parintins: Produção do espaço, agentes e processos socioespaciais**. CESP - Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade do Estado do Amazonas, 2017. Disponível em: <<http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/handle/riuea/590>>. Acesso em: 13 de maio de 2022.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo, Elefante, 2017.

FERREIRA, Marieta Moraes. História Oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary Del (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 7ª. ed. – São Paulo: Contexto, 2004, p. 537-582.

HELENE, Diana. **Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia**. Cad. Metrop. [online]. 2019, vol.21, n.46. pp.951-974. Acesso: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962019000300951&lng=en&nrm=iso>.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. **História oral como fonte: problemas e métodos**. *Historiæ*, Rio Grande, 2 (1): 95-108, 2011.

MEDEIROS, Mônica Xavier de. **Puxirum de Histórias: Lutas por terras e águas em Vila Amazônia – Parintins/AM (1980-2000)**. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC/SP. 2017.

MENEZES, Lucineli de Souza. **Ocupação, conflitos e conquistas: a luta pelo direito à terra pela moradia e a formação do Bairro Itaúna I/Parintins- Amazonas**. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade federal do Amazonas/UFAM. 2017.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MUNIZ, Kássia Maria da Silva. **Imprensa e poder em Parintins através dos jornais “O médio Amazonas” e “o Parintins” nas décadas de 1980 e 1990**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade do Estado do Amazonas/UEA. 2019.

POLLAK, Michael. **História e Identidade social**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

PORTELLI, Alessandro. **A Filosofia e os fatos**. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In: *Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral e Poder**. *Mnemosine*. Vol. 6, n.º 2, 2010.

REZNIK, Luís. **História Local e Comunidade: o exercício da memória e a construção de identidade**. 6ª mostra de extensão da UERJ, 2002.

RUBIN, Graziela Rossatto; BOLFE, Sandra Anna. **O desenvolvimento da habitação social no Brasil**. *Ciência e Natura*, v. 36 n. 2. Maio-ago, 2014, p. 201-213.

SAFFIOTTI, E. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Cleunildes Teixeira dos. **Mulheres na Ocupação do Bairro Da União no período De 2009 a 2014**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade do Estado do Amazonas/UEA. 2014.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 7^a. ed. – São Paulo: Contexto, 2004, p. 383-422.

SOUZA, José Camilo de. **O boi-bumbá e a nova estrutura urbana de Parintins**. *Somanlu*, v. 2, número especial, 2002. p. 77-83.

SOUZA, Nilciana Dinely de. **O processo de urbanização da cidade de Parintins (AM): evolução e transformação**. Tese (Geografia Humana). Universidade de São Paulo (USP). 2013.